



Os planos do assessor de Tancredo para a nossa economia

Mudar as políticas de open e de controle monetário para equilibrar as contas do governo, reduzir os juros, baixar a inflação e retomar o crescimento econômico, propõe o professor do departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB), Décio Garcia Munhoz, na posição de economista — embora hoje seja mais noticia como coordenador da secretaria técnica da Aliança Democrática. Segundo ele, o governo Figueiredo deixa como herança o acordo com o FMI que reflete tudo o que não deve ser feito.

O professor da UnB e hoje assessor do candidato Tancredo Neves sempre manteve posição radicalmente contra o programa de ajuste econômico imposto ao Brasil pelo FMI. Mesmo com a ressalva de que não pode dizer qual será o relacionamento do possível governo Tancredo com o FMI, Garcia Munhoz diz que está mais que provado que a ortodoxia do Fundo ensina o caminho que o Brasil não deve seguir.

Em janeiro de 1983, ele foi

um dos primeiros economistas a prever a explosão inflacionária, embutida no modelo ortodoxo do FMI. O custo do ajuste pretendido foi a explosão da inflação de 100% para mais de 200%, o que já era possível se prever ao examinar os instrumentos que o FMI exigiu que o governo brasileiro acionasse. Por isso, desde a primeira carta de intenção, a economia brasileira sofreu um retrocesso tão grande, a ponto de pedir hoje medidas corretivas profundas — explica Garcia Munhoz.

Por entender que o FMI desestabilizou o País, o professor da UnB prega, para os próximos anos, uma reviravolta na política monetária para que, em nome do controle paranóico da base monetária — emissão primária de moeda —, o Banco Central não continue a inviabilizar o sistema produtivo. Garcia Munhoz evita qualificar a sua postura como antimonetarista, mas deixa claro que o governo brasileiro partiu para a loucura, ao buscar a contenção da base monetária sem atentar

para o ritmo do endividamento interno do Tesouro.

A dívida pública é um dos gargalos gravíssimos que o próximo governo herdará — explica o assessor de Tancredo. Em sua opinião, a forma e os excessos na colocação dos títulos públicos constituíram o alicerce da alta dos juros, do inchaço do déficit público e da explosão inflacionária: com remuneração nominal de 250 a 300% ao ano, os encargos da dívida pública inviabilizam o orçamento fiscal e têm efeitos mais perver-sos que a emissão de moeda.

Para reduzir o ônus do giro da dívida pública interna e, em consequência, o déficit público, Garcia Munhoz prega ampla revisão na política de open do Banco Central para diminuir a rentabilidade das aplicações de curto prazo e aumentar a captação de recursos de médio e longo prazos, voltados para investimentos produtivos. Segundo ele, até os banqueiros já reconhecem que nem o sistema financeiro sustenta por muito tempo a massa de poupança

puramente especulativa que gira no curíssimo prazo.

Sem romper o ritmo de endividamento interno, o economista da equipe de Tancredo ressalta que o governo não mudará o atual quadro de descontrole total das suas contas, em que até o Banco Central precisa recorrer a manobras contábeis para esconder a má gestão financeira que leva a própria autoridade monetária ao desequilíbrio estrutural e à falência.

Por isso, Garcia Munhoz não tem dúvidas em apontar a contenção da dívida pública interna — ao contrário do que ocorreu na implementação do programa de ajuste do FMI — como ponto fundamental para a retomada do crescimento econômico, ao aliviar os dispêndios governamentais e o custo do dinheiro. Antes de acabar com a colocação excessiva e pesada de papéis do Tesouro, o professor da UnB não vê razões para se discutir questões menores, como reforma bancária ou unificação de orçamentos públicos.